

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 6697/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 22.1 a 20.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011683-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6691/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Adhemar Mombrum de Carvalho Neto, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011675-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6702/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 19.2 a 9.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011694-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6695/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011681-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 6690/2023-PGJ, DE 4.12.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 29.2 a 29.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011499-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6688/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares à Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 6.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011484-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6689/2023-PGJ, DE 4.12.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos no período de 18.1 a 16.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00011491-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 199/2024-PGJ, DE 17.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Camila Castro Ramos, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça no período de 15 a 19.1.2024 e nos dias 22 e 23.1.2024, em razão de afastamento da titular, Cristhiane Bergmaier.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 200/2024-PGJ, DE 17.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Gestão de Pessoas no período de 8 a 10.1.2024, em razão de afastamento do titular, Wellington Gradella Marthos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 201/2024-PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Maria Isabelli Monteiro de Oliveira Gonçalves, Técnica I, lotada na Secretaria de Gestão de Pessoas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no dia 12.1.2024, em razão de afastamento da titular, Christiane de Oliveira Landgraf Pinto.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 202/2024-PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Caique de Moura Santos, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 36ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 11 e 12.1.2024, em razão de afastamento da servidora Letícia da Silva Assunção, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 203/2024-PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Giovanni Augusto Filgueiras Ferra, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício no Grupo Especial de Combate à Corrupção, Gecoc, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 29ª Promotoria de Justiça de Campo Grande no período de 17 a 26.1.2024, em razão de afastamento da servidora Isabela Castro Almeida, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-46/2024/PGJ, DE 17.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Elaine Cristina Franca Tavares Flor, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 17 a 26.11.2023, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-47/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jessica Carli de Oliveira, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 10.12.2023 a 8.1.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-48/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Vinicius Ferreira Martins, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 5.12.2023 a 2.2.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-49/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Vinicius Ferreira Martins, por meio da Portaria nº e1546/2023-PGJ, de 22.11.2023, que seriam usufruídas no período de 5 a 9.12.2023, a serem usufruídas no período de 5 a 9.2.2024, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-50/2024/PGJ, DE 17.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Elizandra Valladao Delfino de Aguiar, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 6 a 20.12.2023, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-51/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Thuliana Alves da Silveira, ocupante do cargo de Assessor Revisor, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 24.11 a 8.12.2023, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, com o artigo 54, inciso I, c/c os artigos 59 e 60, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-52/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Suellen Ribeiro Dias, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no período de 15.12.2023, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-53/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 2 a 31.12.2023, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-54/2024/PGJ, DE 17.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Manoel Rodrigues Dos Santos Neto, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no período de 22.11.2023, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-55/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Manoel Rodrigues Dos Santos Neto, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no período de 18.12.2023, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-56/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Claodemir Pedro Todescato Junior, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 27 a 29.11.2023, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-57/2024/PGJ, DE 17.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Leticia Fernanda de Souza Fernandes Sakihama, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, no período de 7.1 a 5.5.2024, nos termos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, do artigo 58, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022, e dos artigos 11, inciso I, alínea “g”, 71 e 72, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.647, de 13 de abril de 1993, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelos Decretos Federais nº 3.668, de 22 de novembro de 2000, e nº 4.682, de 21 de outubro de 2003. e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 6.5 a 4.7.2024 nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-58/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jeronima Alcantara de Mattos Silva, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 4 a 18.1.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-59/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Carlos Henrique de Brito Gomes, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 20.11 a 19.12.2023, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-60/2024/PGJ, DE 17.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Carlos Henrique de Brito Gomes, por meio da Portaria n° e-244/2023/PGJ, de 7.3.2023, e suas alterações, que seriam usufruídas no período de 20 a 29.11.2023, a serem usufruídas no período de 8 a 17.1.2024, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-61/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Stella Trota, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 27.11 a 26.12.2023, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei n° 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei n° 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto n° 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-62/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Wanessa da Conceição Teixeira, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 22.11 a 21.12.2023, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei n° 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei n° 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto n° 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-63/2024/PGJ, DE 17.1.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução n° 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Wanessa da Conceição Teixeira, por meio da Portaria n° e482/2023-PGJ, de 12.5.2023, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.12.2023, a serem usufruídas no período de 8 a 17.1.2024, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução n° 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR**

PAUTA DA 2ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2024.

1. Expedientes:**1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010173-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010174-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010175-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010178-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009116-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00009588-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004616-1.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003949-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012221-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012287-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000607-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011809-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012220-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00012217-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003466-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011805-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011460-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003467-6.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002236-5.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004414-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00004294-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003726-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002785-2.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00010781-0.

6. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008647-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00011125-8.

7. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000212-5.



1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

1.2.1. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00010531-2:

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001277-7

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002109-8

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000898-8

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000612-5

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000616-9

30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2020.00000573-6

Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000506-2

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000627-2

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000717-1

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000768-2

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000801-5

Inquérito Civil nº 06.2021.00001283-0

50ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000809-2

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000385-7

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000478-9

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000847-4

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000899-6

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000529-2

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000587-0

**1.2.2. CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00011953-9:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001688-0

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000212-4

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001284-4

Inquérito Civil nº 06.2020.00001087-2

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002054-4

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001793-2

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000829-2

Inquérito Civil nº 06.2022.00001004-7

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000837-0

Inquérito Civil nº 06.2022.00001007-0

Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000989-1

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001101-0

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000751-0

Inquérito Civil nº 06.2022.00000887-4

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000889-6

2. Ordem do dia:**2.1. Matéria Administrativa:****2.1.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00009000-2**

Requerente: Dr. Fábio Ianni Goldfinger - Promotor de Justiça

Assunto: Requerimento para juntada do Atestado de Frequência emitido pela Universidade de São Paulo, bem como o arquivamento dos presentes autos, em razão do término da disciplina de “Licitação no Direito Administrativo Comparado, promovida pela referida Universidade.

Relator Conselheiro Antônio Siufi Neto**2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:****2.2.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Inquérito Civil nº 06.2023.00000126-3 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

**2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001577-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Polo Francisco Cândido de Rezende visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001524-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Padre Franco Delpiano visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001517-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profª Demilra Ramos dos Santos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001515-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Profª Clarinda Mendes de Aquino visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001451-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Adventor Divino de Almeida visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001114-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual 11 de outubro visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000186-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Requerido: Atalívio Machado Nantes

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente à supressão de 1,07 hectares em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, na Fazenda Taboca, em Coxim, sem autorização da autoridade ambiental, competente, conforme Parecer n. 32/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000172-6

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Requerida: Empresa Viação Motta Ltda.

Assunto: Apurar possível lesão a direitos coletivos (*lato sensu*) dos consumidores em razão de a pessoa jurídica Viação Motta Ltda., no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, comercializar, vender e cobrar seguro de vida sem observância das normas e diretrizes regulatórias e, sobretudo, sem o esclarecido e efetivo consentimento dos consumidores, de modo a violar a boa-fé objetiva (art. 4º, III, CDC), o dever de informação adequada e clara (art. 6º, III, CDC) e demais



disposições da legislação consumerista.

Advogado: Dr. Antonio Cleto Gomes – OAB/CE 5.864

10. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000305-3

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Cassilândia

Requerente: Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC - Requeridas: Flor da Serra - Wellington Machado Isquerdo - ME e Grão Bonito - Armando Vieira Borges & Cia Ltda.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na comercialização de café em desacordo com o disposto no artigo 18, §6º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor.

Advogado: Dr. Claudinei Antônio Poletti – OAB/MS 6.813-b

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001998-1

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar possível improbidade administrativa em decorrência do quantitativo de funcionários contratados pela Prefeitura Municipal, nos termos do IC 34/2013/PJPPS/DD.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00001874-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando Guimarães Honório

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da falta de estruturas construídas para conter a enxurrada, assim como possível degradação da Área de Preservação Permanente, e regularização jurídico-ambiental da propriedade localizada no Bairro Chácara Recreio Brilhante, Bloco 02, denominada Fazenda Sementinha, propriedade de Fernando Guimarães Honório

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTÔNIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001184-2 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00001105-3 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000447-4 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00007337-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Recorrente: Conselho Brasileiro de Oftalmologia

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente na realização de exames oftalmológicos por profissional sem a necessária habilitação legal, conforme denúncia encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público.

Advogados: Drª Juliana De Albuquerque Ozorio Bullon – OAB/DF 19.480, Dr. Márcio de Ávila Martins Filho – OAB/MS 14.475 e outros.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001551-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: André José Carbonera de Santi

Assunto: Apurar os danos ambientais detectados pelo laudo n. 025/2020 do NUGEO, que informa supressão vegetal na Fazenda Potreiro Parte -1 de propriedade de André José Carbonera.

**2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001528-6 - SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000582-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Giuliane Pereira Barbosa Monteiro

Assunto: Apurar a construção irregular em área de preservação permanente do Córrego Bonito, conforme auto de infração n. 6711 feito pela Polícia Militar Ambiental.

Advogado: Silvio roberto Rocca – OAB/MS 5.114B

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003530-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jivan Garcia José e Rosenildo Luiz da Silva

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticada por servidor público municipal na emissão de documento público ideologicamente falso.

2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2023.00001006-2 - SIGILOSO**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Advogado: Dr. Hildebrando Campestrini Júnior – OAB/MS 11.930

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001566-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual São Francisco visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001562-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professora Maria de Lourdes Toledo Areias visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000138-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Joeldo Rodrigues Menezes e Maria do Socorro Mota de Menezes

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 0,87 hectares em área de Reserva Legal Proposta, na Fazenda Santa Luzia, em Coxim, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 269/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000899-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Kati Anny Aparecida da Silva Pedrollo

Assunto: Analisar o laudo técnico 003/2020 do NUGEO/Bonito, que relata suposta supressão de vegetação nativa sem autorização dos órgãos ambientais, na Fazenda Vale Azul.

**6. Inquérito Civil nº 06.2016.00001478-9**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na tramitação e suposta inconstitucionalidade da Lei Complementar Municipal n. 322 de 26 de setembro de 2016.

7. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00008383-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Recorrente: Orlando Fruguli Moreira

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar notícia acerca de eventuais irregularidades consistentes no exercício da função pública de servidores comissionados da Prefeitura de Camapuã.

Advogado: Dr. Orlando Fruguli Moreira – OAB/MS 9798

2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001231-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Guilherme Augusto Sapaterro

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa por G.A.S, decorrente de possível violação aos princípios da Administração Pública, nos termos da Lei 8429/92.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001287-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaporã

Assunto: Apurar eventual dano ao meio ambiente, pelo município de Itaporã, tendo em vista o despejo de resíduos sólidos, dentre eles rejeitos de serviços de saúde, em lixão a céu aberto.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002174-0 - SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000029-5

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Dourados

Assunto: Apurar indícios de superfaturamentos em processos licitatórios apontados no Relatório n. 2.151/2015 da Visita Técnica n. 654, da Coordenadoria Estadual de Controle, Avaliação e Auditoria.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000072-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jorge Paes Tavares

Assunto: Apurar possível irregularidade jurídico-ambiental constatada pelo relatório de Vistoria de n. 25/2ºPel/3ªCia BPMA/2022 consistente no desenvolvimento de suinocultura e pecuária em área de preservação permanente e ausência de isolamento das áreas respectivas, no interior da propriedade rural denominada Fazenda das Pedras, em Inocência/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001187-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fernando Carlos Barboza

Assunto: Apurar possível desmatamento de área de aproximadamente 14,17 hectares de vegetação nativa, ocorrido na Fazenda Água Amarela, localizada no Município de Jardim/MS, de propriedade de Fernando Carlos Barboza.

Advogados: Dr. Eloísio Mendes de Araújo – OAB/MS 8.978 e outros.

**7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000760-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Julio Vilson de Oliveira, Rosa Selma Pereira de Souza

Assunto: Apurar possível irregularidade jurídico-ambiental consistente na supressão irregular de 1,81 hectares de vegetação nativa no Sítio 3 Irmãos, situado no Município de Paranaíba/MS, conforme consta no Relatório de Vistoria Técnica nº 088/DAEX/CORTEC-MA/2020 e Parecer nº 454/22/CEIPPAM, os quais foram unificados e corroborados pelo Parecer nº 585/23/CEIPPAM.

Advogado: Dr. Fernando Leno Cardozo – OAB/MS 12961

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000733-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brillante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Rio Brillante

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa decorrente da contratação sucessiva de professores pela Prefeitura Municipal de Rio Brillante/MS, entre os anos de 2011 e 2017, conforme descrito em relatórios recebidos do TCE/MS

9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000309-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Emerson Aparecido Verderosi

Assunto: Apurar o desmatamento ilegal de 11,77 hectares de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica na propriedade rural denominada “Fazenda Três Irmãos II”, bem como promover a reparação do dano ambiental.

Advogada: Drª Ana Carolina Matarezi Martins Batista – OAB/MS 24792

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001575-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Centro Educação Especial e Inclusiva visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001573-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professor Emygdio Campos Vidal visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001523-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001490-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul



Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual José Mamede de Aquino, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001489-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professora Célia Maria Nágli, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001478-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Padre Mário Blandino, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000861-9 - SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000407-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Marcio George Martins de Oliveira

Assunto: Apurar suposta construção de açude em uma chácara perto da Ponte do Anhumas, sem a devida autorização dos órgãos ambientais.

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00002116-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Jandira Gorete dos Santos

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Santa Tereza Área 01, em razão da supressão de 27,6933 hectares de vegetação nativa.

Advogada: Drª Joselaine Boeira Zatorre – OAB/MS 7.449

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000716-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Carlos Eduardo de Assis Toyota e outros

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 4,69 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa e de 0,13 hectares em área de Reserva Legal, na Chácara Boa Esperança, em Miranda/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental n. 06/2ºPEL 2ª CIA BPMA/2022.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000691-0

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Décio Vieira de Rezende e outros

Assunto: Apurar o suposto desmatamento ilegal de 1,39 hectares no imóvel rural Fazenda Salto e Santa Rosa Gleba 2 (CARMS0068449).

Advogados: Dr. José Elnício Moreira de Souza – OABMS 6.275 e outros.

**3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000671-0 - SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001322-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara Municipal de Bandeirantes e Sistema de Radiofusão Ribas do Rio Pardo - ME

Assunto: Apurar eventual irregularidade/ilegalidade na contratação pela Câmara Municipal de Bandeirantes, da empresa Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo ME, decorrente do procedimento de dispensa n. 07/2021.

Advogados: Wellington Coelho de Souza Júnior – OAB/MS 15.475 e outro.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000450-3

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar a ocorrência de descarte irregular de resíduos sólidos em diversos pontos do Município de Dourados/MS e promover medidas de regularização ambiental dos locais.

2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001565-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Rui Barbosa, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001491-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual José Maria Hugo Rodrigues, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001479-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual José Barbosa Rodrigues, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001464-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual General Malan, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001042-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Requerido: Irineu José Busatto

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do corte de árvores em uma área de 2,4794 hectares e da supressão em uma área de 15,6042 hectares, na Fazenda Santa Luzia, em Bonito/MS, efetuados sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 009051/2022.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000917-3 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000901-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Iguatemi

Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, decorrente da contratação simultânea de empresas de assessoria jurídica pela Câmara Municipal de Iguatemi.

8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000639-8 - SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000244-7 - SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

10. Inquérito Civil nº 06.2021.00001267-4 - SIGILOSO

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

11. Inquérito Civil nº 06.2021.00000936-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Dolor Conceição Santos Boeira, Sabrina Boeira Ferreira, Cleber Fagundes Oliveira, Alvina Denise Boeira e Thiago Salazar Durigon.

Assunto: Apurar suposta supressão irregular na Fazenda Cruzado, em Bonito/MS, conforme Laudo Técnico n. 014/2020/NUGEO.

Advogada: Drª Janaina Bonomini Pickler Gonçalves – OAB/MS 13.137

12. Inquérito Civil nº 06.2020.00000618-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Claudemir Corral Delatin

Assunto: Apurar desmatamento de 8,18 hectares em área de fitofisionomias Savana Florestada, na Fazenda Santo André, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 195/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

13. Inquérito Civil nº 06.2019.00000882-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerentes: Polícia Militar Ambiental de Bataguassu/MS e Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Orlando Cardoso

Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental, consistente em intervenções em uma área de preservação permanente, por meio da reforma de um trapiche, com comprimento aproximado de 55.5 metros e largura aproximada de 0,9 m, na margem direita do Rio Pardo, em processo de substituição por concreto/alvenaria por meio de colunas de cano PVC com treliças de ferro já instaladas ao longo da obra, na propriedade rural denominada Rancho do Sossego, em Bataguassu/MS.

14. Inquérito Civil nº 06.2019.00000638-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Lúcio Stabile

Assunto: Apurar suposta prática de dano ambiental ocorrido na propriedade rural denominada Maria Lucia, pertencente a Lucio Stabile, em Bataguassu/MS.

**15. Inquérito Civil nº 06.2023.00001171-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Enio de Jesus Maia

Assunto: Apurar a supressão de 0,72 hectares de vegetação nativa em área declarada como Reserva Legal e área de aplicação da Lei da Mata Atlântica, no período de 18/09/2022 a 27/11/2022, no interior do imóvel rural “Estância Canaã”, pertencente a Enio de Jesus Maia, em desacordo com a autorização ambiental nº 1281/2022.

Advogado: Dr. Mauro César Souza Esnarriaga – OAB/MS 8.548

16. Inquérito Civil nº 06.2023.00000098-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gino Cesar Fonseca Rezende

Assunto: Apurar a supressão de 6,86 hectares em área de remanescente, na fazenda Patagonia - Lote 46, em Terenos/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 4490/2022/IMASUL.

2.2.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000707-9 - SIGILOSO**

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

2. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000308-3 - SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001574-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professora Flavina Maria da Silva, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001571-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Padre José Scampini, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001564-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Zélia Quevedo Chaves, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001492-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Lúcia Martins Coelho, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

**7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000995-1**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 0837892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144575-3), ajuizada pela Associação de Defesa do Consumidor de Mato Grosso do Sul- ADECON- MS, com relação a Requerida Claro S/A.

Advogado: Daniel Grandesso dos Santos – OAB/SP nº 195.303

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001287-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Valdeci Ferreira dos Reis e Pradebon, Cury & Luna Advogados Associados.

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa por parte do ex-Presidente da Câmara de Vereadores de Nioaque, o então Vereador Valdeci Ferreira dos Reis.

Advogada: Drª Ketulin dos Anjos Pereira – OAB/MS 21.780

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00000748-9

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar quais providências adotadas pelo Município de Campo Grande a respeito da ocupação de áreas públicas, localizadas entre as Ruas Tereza Gacez Paim e Lourenço Alves da Costa, quadra 23, lote 01, parcelamento Jardim Jerusalém; entre as Ruas Via Láctea e Kanga Rosa, quadra 0, lote A, parcelamento Estrela Parque; e quadra 18, lote 25, do parcelamento Jardim Cristo Redentor.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002179-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A.

Assunto: Apurar irregularidades nas podas e supressão de árvores feitas pela empresa ENERGISA no município de Bonito, em desrespeito ao plano de arborização municipal.

11. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00009407-5

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Recorrente: Thais Rodrigues Ramos da Rosa

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar suposta irregularidade/ilicitude perpetrada pelo gestor de Laguna Carapã/MS, consistente na retenção/não repasse de recursos públicos federais destinados aos agentes de endemias e agentes de saúde com vínculo direto e “empregativo” registrado no CNES.

**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO****PORTARIA Nº 0001/2024/CGMP/MS**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 18, inciso VII e artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94; e em atenção ao artigo 20 da Resolução nº 14/2019-CPJ, de 02 de dezembro de 2019, bem como da Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Serão objeto de Correição Ordinária, no ano de 2024, as Promotorias de Justiça abaixo especificadas:

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
PJ Angélica
1ª PJ Coxim
2ª PJ Coxim
3ª PJ Coxim
1ª PJ São Gabriel do Oeste
2ª PJ São Gabriel do Oeste
PJ Pedro Gomes
1ª PJ Rio Verde de Mato Grosso
PJ Rio Negro
PJ Sonora
1ª PJ Maracaju
2ª PJ Maracaju
PJ Porto Murtinho
47ª PJ Campo Grande
48ª PJ Campo Grande
50ª PJ Campo Grande
61ª PJ Campo Grande
62ª PJ Campo Grande
63ª PJ Campo Grande
64ª PJ Campo Grande
65ª PJ Campo Grande
66ª PJ Campo Grande
68ª PJ Campo Grande
69ª PJ Campo Grande
72ª PJ Campo Grande
73ª PJ Campo Grande
1ª PJ Corumbá
2ª PJ Corumbá
3ª PJ Corumbá
4ª PJ Corumbá
5ª PJ Corumbá
6ª PJ Corumbá
7ª PJ Corumbá
1ª PJ Ivinhema
2ª PJ Ivinhema
1ª PJ Cassilândia
2ª PJ Cassilândia



1ª PJ Ponta Porã
2ª PJ Ponta Porã
3ª PJ Ponta Porã
4ª PJ Ponta Porã
5ª PJ Ponta Porã
1ª PJ Chapadão do Sul
2ª PJ Chapadão do Sul
1ª PJ Bela Vista
10ª PJ Campo Grande
11ª PJ Campo Grande
12ª PJ Campo Grande
13ª PJ Campo Grande
14ª PJ Campo Grande
15ª PJ Campo Grande
16ª PJ Campo Grande
17ª PJ Campo Grande
18ª PJ Campo Grande
19ª PJ Campo Grande
20ª PJ Campo Grande
21ª PJ Campo Grande
22ª PJ Campo Grande
23ª PJ Campo Grande
24ª PJ Campo Grande
1ª PJ Jardim
2ª PJ Jardim
PJ Nioaque
1ª PJ Bonito
2ª PJ Bonito
1ª PJ Mundo Novo
2ª PJ Mundo Novo
1ª PJ Naviraí
2ª PJ Naviraí
3ª PJ Naviraí
4ª PJ Naviraí
PJ Eldorado
1ª PJ Iguatemi
PJ Itaquiraí
1ª PJ Amambai
2ª PJ Amambai
3ª PJ Amambai
PJ Coronel Sapucaia
PJ Sete Quedas
1ª PJ Três Lagoas
2ª PJ Três Lagoas
3ª PJ Três Lagoas
4ª PJ Três Lagoas
5ª PJ Três Lagoas
6ª PJ Três Lagoas
7ª PJ Três Lagoas



8ª PJ Três Lagoas
9ª PJ Três Lagoas
PJ Brasilândia
25ª PJ Campo Grande
26ª PJ Campo Grande
27ª PJ Campo Grande
28ª PJ Campo Grande
29ª PJ Campo Grande
30ª PJ Campo Grande
31ª PJ Campo Grande
32ª PJ Campo Grande
33ª PJ Campo Grande
34ª PJ Campo Grande
42ª PJ Campo Grande
43ª PJ Campo Grande
44ª PJ Campo Grande
46ª PJ Campo Grande
49ª PJ Campo Grande
67ª PJ Campo Grande
76ª PJ Campo Grande
1ª PJ Camapuã
2ª PJ Camapuã
1ª PJ Costa Rica
2ª PJ Costa Rica
1ª PJ Paranaíba
2ª PJ Paranaíba
3ª PJ Paranaíba
1ª PJ Aparecida do Taboado
2ª PJ Aparecida do Taboado
PJ Inocência

Art. 2º - A publicação do aviso das Correições Ordinárias ocorrerá com antecedência de 15 (quinze) dias do início dos trabalhos correcionais.

Campo Grande, 18 de janeiro de 2024.

SILVIO CESAR MALUF
Corregedor-Geral do Ministério Público



COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE DECISÃO DE RECURSO
PREGÃO Nº 23/PGJ/2022 - ELETRÔNICO
PROCESSO Nº 09.2022.00006458-8
UASG - 453860



O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que na licitação **Pregão Eletrônico nº 23/PGJ/2022** (Processo nº 09.2022.00006458-8), por decisão da Secretária-Geral do Ministério Público Estadual (em exercício), o recurso interposto pela licitante ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. foi conhecido e, no mérito, teve seu **provimento negado**.

Campo Grande, 18 de janeiro de 2024.

CAMILA AUGUSTA CALARGE DORETO
Promotora de Justiça
Secretária-Geral/MP-MS, em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/PGJ/2024 - PREGÃO Nº 07/PGJ/2023 – ELETRÔNICO.

Processo: 09.2023.00007608-8

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **V4 COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, representada por **Jennifer dos Santos Pedroso de Matos**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 07/PGJ/2023 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar, adoçante e café torrado e moído), visando atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Açúcar cristal, branco, mistura homogênea, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem contendo 1kg. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 06 (seis) meses. Marca: Sonora.	Unidade	12.000	4,20

Validade da ata: 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2024.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/PGJ/2024 - PREGÃO Nº 07/PGJ/2023 – ELETRÔNICO.

Processo: 09.2023.00007608-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **D. DA SILVA DUARTE TRANSPORTE LTDA**, representada por **Dulcese da Silva Duarte**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 07/PGJ/2023 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar, adoçante e café torrado e moído), visando atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Adoçante dietético líquido, sem adição de calorias, acondicionado em embalagem original de fábrica, embalagem com 100ml. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampadas na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Adocyl.	Unidade	500	3,99

Validade da ata: 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Data de assinatura: 18 de janeiro de 2024.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/PGJ/2024 - PREGÃO Nº 07/PGJ/2023 – ELETRÔNICO.

Processo: 09.2023.00007608-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MASSIMO ZANETTI BEVERAGE BRASIL LTDA**, representada por **José Maria Costa**.

Procedimento licitatório: Pregão nº 07/PGJ/2023 - Eletrônico.

Amparo legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar, adoçante e café torrado e moído), visando atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Café torrado e moído, aspecto de pó fino, embalado a vácuo, embalagem com 500g, torra média. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampadas na embalagem, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Pacaembu.	Unidade	25.200	9,20

Validade da ata: 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Data de assinatura: 17 de janeiro de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 4/2024.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00000481-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Sermix Serviços e Locações de Máquinas e Equipamentos Ltda.

Objeto: Acompanhar as providências a serem adotadas pelo Município de Campo Grande, com fundamento no poder de polícia administrativa, em relação ao descarte inadequado de restos de construção civil realizado em terreno privado pela empresa Sermix.

Campo Grande, 18 de Janeiro de 2.024.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

EDITAL Nº 0001/2024/43PJ/CGR

A 43ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que pode ser integralmente acessado, via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000055-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul – FFMS (CNPJ 03.995.396/0001-42)

Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Municipal Jacques da Luz Filho (Estádio das Moreninhas).

Campo Grande/MS, 17 de janeiro de 2024.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0007/2024/66PJ/CGR

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00210685-8 em que constam como investigado R. P. V. C. e vítima K. A. D. S. conforme se transcreve: “pois ante a insuficiência de provas”

Campo Grande/MS, 18 de janeiro de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****APARECIDA DO TABOADO****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0802804-20.2023.8.12.0024, em que constam como investigado Geraldo Lopes Filho², conforme se transcreve: “Diante da ausência de comprovação do dolo de causar dano ou prejuízo ao patrimônio público, é forçoso reconhecer a atipicidade da conduta do Indiciado, sendo adequado optar, *in casu*, pelo arquivamento do Inquérito Policial”.

16 de janeiro de 2024, Aparecida do Taboado/MS.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0802819-86.2023.8.12.0024, em que constam como investigado G.L.F⁴ e vítima F.F, conforme se transcreve: “Diante do exposto, diante da excludente de ilicitude, o Ministério Público Estadual, por seu Promotor de Justiça, requer o arquivamento destes autos, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal”.

16 de janeiro de 2024, Aparecida do Taboado/MS.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

DOURADOS**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 7ª Promotoria de Justiça de Dourados da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n.º 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos autos n.º 08.2015.00095610-4, em que consta como vítima RAMÃO ARAÚJO, conforme se transcreve: “Analisando os autos, verifica-se que o arquivamento é medida que se impõe. Após várias diligências, não foi possível apontar com exatidão a autoria dos fatos. Portanto, não existem indícios mínimos de autoria para propor um ação penal, impondo-se o arquivamento do procedimento por falta de justa causa [...] Pelo exposto, o Ministério Público Estadual manifesta-se pelo arquivamento do inquérito policial”.

7ª Promotoria de Justiça de Dourados, 17 de janeiro de 2024.

EDUARDO FONTICIELHA DE ROSE

Promotor de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

² Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

³ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁴ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

⁵ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 7ª Promotoria de Justiça de Dourados da comarca de Dourados, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos autos nº 08.2016.00088570-6, em que constam como investigada Luciana Batista de Aquino⁷ e vítima a seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, conforme se transcreve: “Considerando que nos autos não existem elementos suficientes para sustentar um processo criminal bem como o lapso temporal decorrido desde a data do fato até o presente momento, o procedimento deve ser arquivado por falta de justa causa para deflagrar a ação penal”.

7ª Promotoria de Justiça de Dourados, 17 de janeiro de 2024.

EDUARDO FONTICIELHA DE ROSE
Promotor de Justiça

EDITAL 0001/2024/10PJ/DOS

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados -MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo, cujos autos digitais podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000540-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto : Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do que dispõe a Lei Geral do Esporte e averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Fredis Saldivar Filho – “Douradão”, localizado no município de Dourados/MS, que será utilizado no Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional – Série A – Edição 2024.

Dourados, 17 de janeiro de 2024

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI
Promotora de Justiça

IGUATEMI

EDITAL Nº 0002/2024/PJ/IGU

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Inquérito Civil 06.2023.00001421-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Mariano Gomes de Andrade, Givanildo Valério da Silva

Objeto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,35 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma Mata Atlântica, no Lote 65 - Projeto Assentamento Água Viva, em Tacuru/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 351/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Iguatemi, 16 de janeiro de 2024

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES
Promotor de Justiça

⁶ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

⁷ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



IVINHEMA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0000011-46.2024.8.12.0012, em que constam como investigado(a/s) M.T e vítima(s) L.B.S. conforme se transcreve: “Desse modo, não havendo indícios suficientes de autoria, nem outras diligências a serem realizadas, sobretudo a **insuficiência de provas**, o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo 28 e com as cautelas do artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito.”

Ivinhema/MS, 17 de janeiro de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça